

15º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2024

PRODUÇÃO ACADÊMICA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Bruna Zamboni dos Santos¹, Vanessa Santana dos Santos², Kennedy José de Paula³, Caio Cabral da Silva⁴, Márcia Aparecida Jacomini⁵

¹ Graduanda em Licenciatura em Física, Bolsista PIBIFSP, IFSP, Campus São Paulo, b.zamboni@aluno.ifsp.edu.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Paulo, vanessa.santana@ufff.br.

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo, Supervisor de Ensino na Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes/SP, kennedypaula2013@gmail.com.

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Paulo, Técnico em Assuntos Educacionais, IFSP, Campus São Paulo, cabralcaio@ifsp.edu.br

⁵ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Professora da Universidade Federal de São Paulo, jacominimarcia@gmail.com.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

RESUMO: Esta pesquisa tem como objeto de estudo a produção acadêmica de pós-graduandos sobre financiamento da educação efetivada em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, especificamente as teses e dissertações publicadas no período de 1996 a 2011. A problemática da pesquisa é identificar quais Programas de Pós-Graduação em Educação concentram maior produção em/sobre financiamento da educação. Compreender a distribuição, as características e as tendências da produção acadêmica em financiamento da educação realizada nos Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros por meio do mapeamento da produção científica, entre 1996 e 2011. Para isto, foi produzido um banco de dados utilizando o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Entre os critérios analisados estão quantidade de trabalhos por ano, instituição, tipo de instituição (entre pública federal, pública estadual, pública municipal, privada sem fins lucrativos e privada com fins lucrativos), programas mais frequentes e número de produções por estado e município.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento da Educação; Catálogo de teses e dissertações da CAPES; Produção acadêmica; Fundef e Fundeb; Programas de Pós-Graduação.

ACADEMIC PRODUCTION IN EDUCATION FINANCING PRODUCED BY POST-GRADUATION PROGRAMS IN EDUCATION

ABSTRACT: This research has as its object of study the postgraduate academic production on education financing carried out in Postgraduate Programs in Education in Brazil, specifically the thesis and dissertations published in the period from 1996 to 2011. The main issue of the research is to identify which Postgraduate Programs in Education concentrate greater production in/on education financing. Understand the distribution, characteristics and trends of academic production in financing education carried out in Brazilian Postgraduate Programs in Education, between 1996 and 2011, mapping scientific production. For this, a database was produced using the CAPES Theses and Dissertations Catalog. Among the criteria analyzed are number of works per year, institution, type of institution (between federal public, state public, municipal public, private non-profit and private for-profit), most frequent programs and number of productions per state and municipality.

KEYWORDS: Education Financing; CAPES Theses and Dissertations Catalog; Academic Production; Fundef and Fundeb; Post-Graduation Programs.

INTRODUÇÃO

As reformas educacionais latino-americanas sucedidas na década de 1990 foram refletidas no contexto brasileiro com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 e, em especial, acerca do financiamento, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), posteriormente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (Brasil, 2006) e, atualmente, o Novo Fundeb, considerado fundo permanente de financiamento da educação (Brasil, 2020).

Ressalta-se que o debate da política de fundos impulsionou a discussão do financiamento da educação e, conseqüentemente, a produção acadêmica na esfera da Pós-Graduação. Com a finalidade de apreender as características circunscritas das teses e dissertações serão empreendidos estudos de revisão do tipo levantamento bibliográfico (Vosgerau e Romanowski, 2014).

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é compreender as características da produção acadêmica em financiamento da educação efetivadas pelos Programas de Pós-Graduação de 1996 a 2011. Já os objetivos específicos são: i) levantar as referências anuais com predominância de produções de teses e dissertações; ii) mapear as regiões, estados brasileiros e municípios das produções acadêmicas; iii) apresentar as instituições as quais advêm os referidos trabalhos acadêmicos e se elas são públicas ou privadas.

A hipótese da pesquisa é que as pesquisas têm um salto aumentativo com a implementação da política de fundos e que a concentração dos trabalhos possa estar nos estados da Região Sudeste por abranger um maior quantitativo de instituições e programas de pós-graduação.

MATERIAL E MÉTODOS

Com o intuito de entender as características do financiamento da educação da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, utilizaram-se estudos de revisão bibliográfica e documental, pautados nos estudos de Vosgerau e Romanowski (2014). Cabe destacar que tais estudos são fundamentais para a apreensão de campos de estudos, teorias, metodologias, disposição e repetições e lacunas de pesquisas (Silva, Silva, Santos, 2019). No caso desta pesquisa, identificou-se, no primeiro momento, a disposição dos temas e as recorrências a fim de compreender como o financiamento da educação vem sendo estudado nos Programas de Pós-Graduação.

Este estudo foi realizado por meio do levantamento das produções acadêmicas do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Como termos de busca, empregou-se “Financiamento da Educação”; “FUNDEF”; “FUNDEB”; “CACs” e “Recursos Públicos”, assim como foi utilizado um recorte temporal entre 1996 e 2011. A partir disso, criou-se um banco de dados para armazenamento com tabelas e planilhas de dados e a análise do material encontrado. A triagem do material foi feita por meio da leitura do resumo e de palavras-chave de cada texto.

No banco de dados produzido foram considerados diferentes categorias, a saber: i) o programa de pós-graduação; ii) nome do autor; iii) título do trabalho; iv) instituição; v) ano de defesa; vi) município e Unidade da Federação; vii) nome do orientador; viii) tipo de trabalho (dissertação ou tese); e ix) resumo. A análise de dados ocorreu pela identificação de resumos e dos títulos para compreender se o trabalho entraria no *corpus* da análise e, na sequência, considerou-se os valores absolutos e percentuais de teses e dissertações diante dos eixos analíticos elencados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do levantamento de teses e dissertações acerca de financiamento da educação, apresentam-se os dados preliminares da pesquisa. Foram catalogados 242 trabalhos produzidos nos

Programas de Pós-Graduação, entre 1996 e 2011, distribuídos de acordo com as áreas da Capes em: Educação, Economia, Direito, Sociologia e Outros. A figura 1 apresenta tal distribuição:

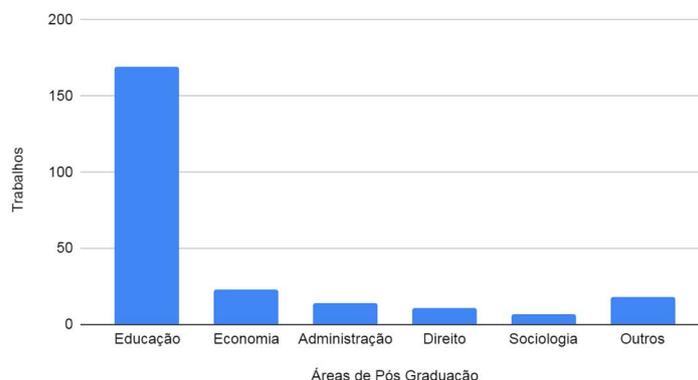


FIGURA 1. Distribuição dos trabalhos por área dos Programas de Pós-Graduação em financiamento da educação.

Nota-se a preponderância da produção acadêmica em financiamento da educação na área da Educação. Dentre os 242 trabalhos selecionados, 169 pertencem à área de Educação, ou seja, 70% dos trabalhos. Na sequência, verifica-se o contingente de 10% em Economia, 6% em Administração e 5% em Direito, 3% em Sociologia e 7% em outros.

Nesse sentido, identifica-se uma tendência de pesquisas na área da Educação sobre financiamento da educação, o que denota esta área como referência para diferentes subtemáticas no âmbito do financiamento da educação, de pesquisas futuras e fontes de dados e para o direcionamento em prol de aprofundamento de estudos sobre a alocação de recursos para a educação.

A análise perpassa também pela identificação dos anos de defesa dos trabalhos dos Programas de Pós-Graduação que tiveram um aumento significativo entre 2006 e 2010, sofrendo uma queda de 26 trabalhos para 20, em 2011, conforme expressa a Figura 2:

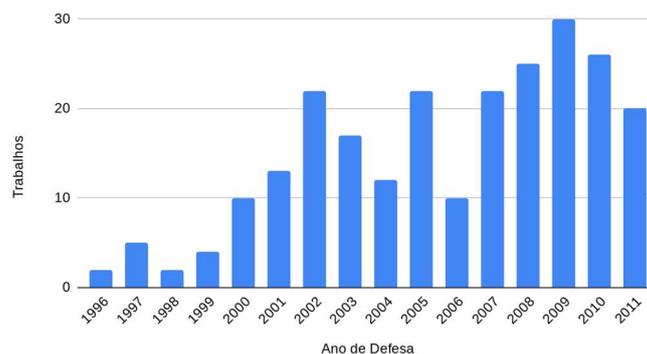


FIGURA 2. Ano de Defesa das teses e dissertações em financiamento da educação no Brasil

No gráfico acima fica evidente que a produção acadêmica na área do financiamento educacional oscilou, principalmente entre 2001 e 2007, mas, em linhas gerais, vem tendo uma crescente. Considera-se que o aumento de tais pesquisas pode ser atribuído, entre outros fatores, à instituição da política de fundos, no primeiro momento, voltada para o ensino fundamental com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pela Emenda Constitucional nº 14 (Brasil, 1996a), sendo regulamentado pela Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996b), no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O Fundef tinha a função de dispor de uma quantidade financeira anual mínima nacional baseada nas matrículas do ensino fundamental dos estados e municípios, o que não incluiu, por exemplo, a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. De acordo com Davies (2008), o Fundef foi inspirado nas recomendações dos organismos internacionais de centralidade no ensino fundamental e não trouxe novos recursos para a educação brasileira, dado que somente “redistribuiu, em âmbito estadual, entre o governo estadual e os municipais, uma parte dos impostos que já eram vinculados à MDE antes da criação do Fundef” (Davies, 2008, p. 25).

Diante disso, a partir de 1996, a produção acadêmica se ampliou e atingiu um pico em 2002, logo depois, entre 2003 e 2004, decresceu. De 2007 a 2010, iniciou-se um aumento progressivo, o que indica uma relação com a nova política de fundos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído pela Emenda Constitucional nº 53 (Brasil, 2006), regulamentado a princípio pela Medida Provisória nº 339 que passou por alterações e aditivos, configurando-se na Lei 11.494 de 20 de junho de 2007 (Brasil, 2007), ratificada por Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, diversas propostas para implantação do Fundeb foram apresentadas entre 1999 e 2004. Em 2005, a Proposta de Emenda Constitucional nº 415/2005, entre idas e vindas para apreciação de Deputados e Senadores foi aprovada e sancionada pela Presidência como Emenda Constitucional nº 53/2006, sendo regulamentada pela Medida Provisória nº 339, configurando-se na lei 11494/2007 previsto para perdurar até dezembro de 2020.

O Fundeb foi implementado de forma gradual e tal como o Fundef também teve como objetivo redistribuir, entre estado e municípios, os recursos de receitas resultantes de impostos com vinculação à manutenção e desenvolvimento da educação (MDE) pautado no cômputo de matrículas da educação básica. Os impostos incluídos no Fundeb foram ampliados e o contingente de matrículas referência abrangeu a Educação Infantil e Ensino Fundamental no âmbito municipal e o Ensino Fundamental e Médio no estadual (matrículas com pesos ou fatores de ponderações diferentes) e houve um aumento da complementação federal em 10% da receita nacional. Ou seja, o Fundeb foi sustentado praticamente pelos estados, municípios e Distrito Federal (Davies, 2022).

Esse panorama do Fundef e Fundeb têm relação com o quantitativo da produção acadêmica em financiamento da educação e foram importantes pelo fato de direcionarem os educadores para a pesquisa nessa temática (Davies, 2022). Os anos com menos publicações são 1996 e 1998, 2 produções em cada ano, o que representa 1,6% da amostra. Entre 1996 e 1999, totalizaram-se 13 pesquisas em financiamento da educação, retratando 5,35% dos dados levantados. Compreende-se que até o final da década de 1990 havia ínfimas pesquisas sobre o assunto e alguns estudiosos acerca do tema eram: José Carlos Araújo Melchior, da Universidade de São Paulo, Jacques Velloso, da Universidade de Brasília e Cândido Alberto Gomes (Davies, 2022).

Os anos com os maiores quantitativos de publicações foram 2009 com 30 produções, sendo 12,4% e 2010 com 26 trabalhos, 10,7% do total. Há uma notável ampliação da produção acadêmica com o amplo debate sobre o Fundeb e a partir do final dos anos de 1990 o surgimento de pesquisadores como José Marcelino, Nalú Farenzena, Rubens Camargo, Marcos Bassi e muitos outros (Davies, 2022), assim como o desenvolvimento do processo de acesso às fontes digitais ou digitalizadas, em especial, a partir dos anos 2000. Também verificou-se que a quantidade de dissertações é notavelmente maior do que a de teses - em uma proporção 80/20 quase perfeita.

No referente às unidades federativas brasileiras, observa-se o maior número de trabalhos, respectivamente em: São Paulo (28,5%), Distrito Federal (10,3%), Rio de Janeiro (9,9%) e Minas Gerais (7,4%). Diante desse cenário, das quatro primeiras unidades federativas, três delas são da Região Sudeste, a qual concentra 46,2% da produção acadêmica em financiamento da educação, de 1996 a 2011, considerando, neste escopo, também um trabalho produzido no Espírito Santo. Presume-se que o acúmulo de pesquisa em tal região possa estar relacionado à concentração de universidades e institutos, ou melhor, Programas de Pós-Graduação.

As capitais São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte têm 39% das produções. A propósito, exceto as capitais, entre os municípios vislumbrados, o único com mais de 10 trabalhos foi o de Campinas, no estado de São Paulo, com cerca de 4,5% dos itens. Esse movimento se repete quando trata-se das instituições de ensino superior e universidades. Identificou-se que as instituições com mais trabalhos publicados foram a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade de São Paulo (USP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), respectivamente. Ressalta-se que entre a primeira e a quarta, há menos de um

ponto percentual de diferença e, juntas, contêm cerca de 23,2% dos trabalhos. Observa-se também que desses 23,2%, aproximadamente 16% das pesquisas estão concentradas em instituições localizadas no estado de São Paulo.

Por fim, as universidades públicas federais do Brasil representaram quase 50% das pesquisas em financiamento da educação, seguidas das universidades privadas sem fins lucrativos com 26,4% e as públicas estaduais com 22,3%. Dessa forma, as últimas somadas produziram, coincidentemente, exatamente o valor produzido pelas federais: 48,7%.

CONCLUSÕES

A produção acadêmica em financiamento da educação, em linhas gerais, é majoritariamente produzida pelos Programas de Pós-Graduação em Educação. Os dados revelaram uma maior incidência da temática relacionada à promoção da política de fundos (Fundef e Fundeb), o que ampliou a discussão e demarcou pesquisadores e especialistas que tomaram o financiamento da educação como centralidade das suas pesquisas. Ressalta-se que a pesquisa em financiamento da educação não se resume a política de fundos que tem a função de distribuir os recursos dos entes federados e complementação da União, portanto a pesquisa também abarca outros assuntos relacionados à financiamento da educação, tais como: controle social, controle estatal com o Tribunal de Contas, Salário Educação, investimento do PIB na educação, entre outros.

Além disso, as pesquisas de financiamento da educação estão concentradas na Região Sudeste, nas universidades públicas, localizadas, em especial, no estado de São Paulo. Consideram-se as limitações deste trabalho por não ter se analisado todo o marco temporal da pesquisa de 1996 a 2024 da produção dos Programas de Pós-Graduação, assim como ainda não se debruçou nos dados apenas dos Programas de Pós-Graduação em Educação para a compreensão das tendências das pesquisas em financiamento da educação.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

B.Z.S. contribuiu com a coleta e análise dos dados, K.J.P contribuiu com a análise dos dados e bibliografia, V.S.S. com a bibliografia e redação, M.A. J. e C.C.S. com a revisão da redação e auxílio na análise de dados.

Todos os autores contribuíram com a revisão do trabalho e aprovaram a versão submetida.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (PIBIFSP).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996.** Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 1996a.

BRASIL. **Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília, 1996b.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de setembro de 2006.** Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei 11.494 de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n.º 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n.ºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, 2007.

DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da educação básica?**. Campinas/SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

DAVIES, Nicholas. Entrevista com Nicholas Davies. Entrevista concedida a Márcia Aparecida Jacomini. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-5907124139. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/124139> . Acesso em: 25 ago. 2024.

LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira. Aspectos históricos do financiamento da educação básica pública brasileira: a “democratização autocrática” **Vértices (Campos dos Goytacazes)**, vol. 23, núm. 3, 2021.

SILVA, Leonardo. Estevam Honorato da; SILVA, Caio Cabral da Silva; SANTOS, Vanessa Santana dos. Produção Acadêmica sobre Financiamento da Educação de Jovens e Adultos (2000-2018). **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/97923> . Acesso em: 15 jan. 2024.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’anna Ramos.;ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165–189, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317> . Acesso em: 12 jun. 2024.